ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ÚNICO DO MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE CINCO.

Aos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, realizou-se de presencialmente na Sala de Treinamento na sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, situada no endereço: SEPN CRN 511 Edifício Bittar III - Asa Norte, Brasília - DF, com início as 15h em segunda chamada, a 26ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal (CAF), com as seguintes pautas: Item 1. Votação da Ata da 25ª Reunião Ordinária. Item 2. Apresentação da execução do Convênio nº 02/2023, IPEDF/SEMA/FUNAM Projeto "Caminhos da Restauração: valoração de produtos florestais não madeireiros do Cerrado" – Aline Nóbrega | Coordenadora de Estudos Ambientais do IPEDF/CODEPLAN. Item 3. Apresentação do Formulário de Apresentação de Projetos (FAP) pela Subsecretaria de Gestão de Águas e Resíduos da (Sugars/Sema-DF): Projeto Recomposição da vegetação nativa das Áreas de Preservação Permanente - APP e áreas de recarga degradadas ou alteradas da bacia do rio Melchior. Item 4. Outros informes e deliberações. Fizeram-se presentes: Sr. GENILSON DUARTE, Subsecretário de Assuntos Estratégicos da Secretaria de Estado do Meio do Distrito Federal (Sema/DF) e VicePresidente do CAF; Sr. ESTEVÃO DO NASCIMENTO FERNANDES DE SOUZA, Conselheiro Titular representante da área técnica ambiental do Governo do Distrito Federal do Jardim Botânico de Brasília,; Sr. VALDINEI PEREIRA LIMA, representando o Instituto Brasília Ambiental; Sr.ª MORGANA MARIA ARCANJO BRUNO, Conselheira Titular da Universidade Católica de Brasília - UCB; Sr. JOSÉ GOMES GARCIA, Conselheiro Suplente representante do Instituto Oca do Sol. Sr.ª ROBERTA MARIA COSTA E LIMA, Conselheira Titular do IESB; Sr.ª ALINE NÓBREGA, Coordenadora de Estudos Ambientais do IPEDF/CODEPLAN. Pela Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal participaram: a Sr.ª FLÁVIA ILÍADA FURTADO COELHO DE OLIVEIRA, Assessora Especial da Subsecretaria de Assuntos Estratégicos (ASUEST) da Sema/DF; Sr. JANSEN RODRIGUES, Coordenador de Gestão de Águas (CGA) da Sema/DF; Sr.ª ILANA SARAH DOS SANTOS OLIVEIRA, Assessora da Coordenação de Gestão de Águas (CGA) da Sema/DF; Sr. LUCIANO PEREIRA MIGUEL, Subsecretario de Gestão das Águas e Resíduos Sólidos da Sema/Sugars; Secretariando a reunião: Sr.ª SAMARA PEREIRA OLIVEIRA Coordenadora da Coordenação de Colegiados e Fundos da Sema/Suest; Sr. JARBAS LEVI, Diretor de Apoio ao Funam da Sema/Suest; e Sr. RAFAEL DE OLIVEIRA TIMBÓ, Assessor Especial da Diretoria de Apoio ao Funam da Sema/Suest. O Sr. Vice-Presidente GENILSON DUARTE declarou aberta a reunião após a verificação de quórum, iniciando com a leitura da Pauta de Reunião. Passando ao Item 1 da pauta, a Sr.ª FLÁVIA iniciou a leitura da Ata da 25ª Reunião Ordinária para aprovação do conselho. Ao finalizar a leitura, solicitaram a correção do nome da conselheira MORGANA MARIA ARCANJO BRUNO e a alteração do cargo/função do Sr. ANDRÉ SOUZA, Coordenador de Enfrentamento as Mudanças do Clima. Feitas as correções, a Ata da 25ª Reunião Ordinária, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Continuando com o item 2 da pauta, apresentação da execução do Convênio nº 02/2023, IPEDF/SEMA/FUNAM Projeto "Caminhos da Restauração: valoração de produtos florestais não madeireiros do Cerrado", com a Coordenadora de Estudos Ambientais do IPEDF/CODEPLAN - Aline Nóbrega. A professora Coordenadora relatou como está o andamento da execução do projeto, indo para o terceiro trimestre de execução, com metas já concluídas. Dentre elas, a seleção dos pesquisadores bolsistas, que seguiam a instrução normativa do Instituto de Pesquisa Estatística aqui do DF. Foram selecionados quatro pesquisadores bolsistas, dois doutores e dois mestres, para iniciar a execução das outras metas subsequentes. Destacou que o trabalho de campo está previsto para o mês de setembro -

identificar e diagnosticar os benefícios, impactos socioeconômicos, culturais e ambientais de ao menos três produtos vinculados àquelas espécies selecionadas (Pequi, Baru, Macaúba, Mangaba, Jatobá e Cagaita). Dessas espécies, ao menos três produtos serão escolhidos para focar em metas mais objetivas. Dentro dessas metas a equipe se debruçou sobre a questão da sociobiodiversidade e da bioeconomia, porém foram encontrados também muitos gargalos. Evidenciou que ainda há uma baixa efetividade nos planos e nas políticas públicas e um dos objetivos do projeto é trazer a sociobiodiversidade e a bioeconomia para as políticas do Governo do Distrito Federal, assim como o Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa. Outro gargalo é a colocação de produtos de cerrado na alimentação escolar do Distrito Federal, que por enquanto, não é oferecido esse tipo de produtos na alimentação escolar, diferente de outros municípios da RIDE que já inclui alguns itens em seu cardápio. A coordenadora também frisou que outro desafio seria o alto grau de informalidade dos produtores. Esses extrativistas e agroextrativistas, por exemplo, não conseguem entregar para as compras públicas, devido a relação de documentação, entre outras questões vinculadas até à vigilância sanitária; também por dificuldade do DF, de manejar esses alimentos in natura e da estrutura das escolas para fazer qualificação dos produtos. Outro fator é a baixa margem de lucro desses extrativistas fazendo com que tenha um esvaziamento dessas comunidades. A coordenadora por outro lado, enfatizou o potencial dos produtos do cerrado na indústria farmacêutica e de cosméticos, para alimentação em escolas e creches, bem como na exportação dos produtos e de seus derivados, tendo como exemplo outros estados e a RIDE. Neste sentido, finalizou ressaltando que é preciso enfrentar esses gargalos e que é possível um processo de restauração do cerrado e gerar economia com essas espécies, trazendo esses exemplos para realidade do DF. O Sr. Genilson agradeceu a apresentação e abriu espaço aos conselheiros para manifestações e questionamentos. Houveram manifestações com relação aos produtos comercializados em outros estados, destacando que existem demandas, porém não há grandes fornecedores devidos aos gargalos informados. Após as manifestações, o Sr. Genilson deu prosseguimento ao item 3, Apresentação do Formulário de Apresentação de Projetos (FAP) pela Subsecretaria de Gestão de Águas e Resíduos da Sema/DF: Projeto Recomposição da vegetação nativa das Áreas de Preservação Permanente - APP e áreas de recarga degradadas ou alteradas da bacia do rio Melchior pela Sr.ª Ilana Sarah - Assessora da CGA. A Sr.ª Ilana, engenheira florestal iniciou a apresentação do escopo inicial do projeto de recomposição da vegetação nativa nas áreas de APP da bacia do Rio Melchior, contextualizando que essa bacia possui o maior número de ocupação urbana com a população estimada de 1,3 milhão de habitantes. Encontrando problemas como a alta taxa de impermeabilização, piorando a qualidade da água e reduzindo a vazão que acaba sobrecarregando o sistema de tratamento de água e esgoto; e com o tempo a bacia vem sofrendo uma série de problemas de degradação das APPs, poluição difusa, perda de vegetação ciliar e assoreamento; justamente pela questão da ocupação urbana desordenada. Destacou-se que esse projeto busca também aumentar a infiltração e atenuar o impacto da poluição difusa que chega no rio Melchior. Assim como diminuir as ocupações na margem do rio, exemplo, da nascente que vai para o rio Melchior, que em volta dela está toda ocupada, ocupação consolidada dentro da cidade do sol nascente. Evidenciou-se sobre o hidrograma da bacia urbana, que tem um comportamento diferente de uma área não urbanizada, justamente pelo nível de impermeabilização. Quando ocorre algum fenômeno hídrico, chuva, precipitação, geralmente a vazão sobe muito rápido em áreas que são impermeabilizadas, que acaba extravasando o sistema de drenagem urbana, provocando prejuízo ao sistema de drenagem fluvial, carreamento de sedimento e desestabilização das margens. Outro objetivo do projeto, apontou a engenheira, é recompor uma área de 100 hectares de vegetação nativa em APP e áreas de recarga da Bacia do Rio Belchior, visando a proteção ambiental, recuperação ecológica

e melhoria da qualidade da vida local. Neste sentido, salientou alguns objetivos específicos: diagnóstico das áreas poligonais, elaboração de projetos executivos que vão detalhar como que serão as medidas de recomposição da vegetação, porque cada área tem uma característica específica e também a manutenção do plantio. A Sr.ª Ilana frisou que esse projeto é de longa duração, prevendo 48 meses, justamente pelo alto investimento e pela manutenção do plantio para não ter perda do investimento. Difundindo os resultados alcançados, trabalhando com a educação ambiental, formando atores locais, produzindo materiais educativos e envolvendo as escolas e comunidades; conscientizando as pessoas que vivem nessa bacia. Então o projeto será compatível com as metas. Os doze primeiros meses serão o diagnóstico e implementação. A previsão também é recompor 50% da área no primeiro ano e no segundo ano fazer o restante. O terceiro e o quarto ano, a pretensão é fazer a manutenção e monitoramento, com indicadores de sucesso definidos, aplicados e acompanhados periodicamente. No campo da educação ambiental, tem a formação de autores locais, na comunidade, nas escolas e nas propriedades que vão entrar no projeto, porque algumas áreas são privadas na área de recomposição. A elaboração e implementação de estratégias de comunicação acessível, como a produção de materiais de comunicação, pode servir como modelo de revitalização de base urbana para outras bacias do DF que precisam de recomposição. O orçamento do projeto foi estimado em seis milhões setecentos e setenta e dois mil reais, com base em outros projetos similares e também algumas pesquisas no mercado. O valor pode parecer alto de início, mas a área é muito grande e é uma área que tem um nível alto de complexidade de monitoramento. Então, com esse valor, o projeto tem uma margem de segurança, até mesmo para a OSC ter capacidade operacional para executar o projeto. Propôs o cronograma de desembolso semestral conforme o alcance das metas. Neste momento a Sr.ª Ilana encerrou sua apresentação, se disponibilizando a perguntas. Sr. Jansen (CGA/Sugars/Sema-DF) destacou a importância em preservar a bacia do Rio Belchior e também a preocupação com a situação da bacia hoje, pois acompanhou a evolução e crescimento de ocupações no DF as margens da Bacia, que trouxe os problemas apontados na apresentação da Sr.ª Ilana. Sr. José Gomes (Oca do Sol), frisou que esses problemas apontados em nascentes são generalizados em todo o Distrito Federal e destacou a importância da cultura e educação ambiental. Ressaltou que as nascentes do DF são todas sensíveis diante desse quadro, e se não elevarmos o nível de consciência da população e mitigação, os recursos hídricos do DF entrarão em desiquilíbrio e teremos problemas de escassez hídrica. A Sr.ª Ilana contribuiu, informando inclusive, que esse projeto, trabalha com a questão da educação ambiental, porque não adianta, fazer uma grande área de recomposição e não ter interlocução com as escolas ou a sociedade civil, porque são esses moradores que vão cuidar e vão ter a consciência da conservação dessa área. A Sr.ª Flávia pediu a palavra e sugeriu adequações as metas 5 e 6 do projeto, submetendo a aprovação do conselho, com o intuito de disponibilizar para o relator a versão com esses ajustes. No caso da meta 5 que trata oficinas, baseado em evidências de outros projetos dessa natureza e devido a complexidade da meta, entende-se que seria praticamente um outro projeto, até porque o objetivo principal do projeto é a recomposição. Informou que é possível fazer ações de educação ambiental no decorrer do projeto e sugeriu a readequação da meta. E a outra é com relação à meta 6, que trata da divulgação de resultados, a sugestão que transformassem essas atividades em ações de divulgação de resultados, como produção de vídeos para redes sociais, placas de identificação das áreas que foram recuperadas; trazer os resultados em materiais digitais e de divulgação de painéis. Diante o exposto, as sugestões foram aceitas pelos conselheiros por unanimidade. Dando prosseguimento, o Vice-presidente, informou que o projeto precisaria de um relator e sugeriu que o representante da Oca do Sol, fosse escolhido. Diante a indicação, o Sr. José Gomes (Oca do Sol), agradeceu a indicação, porém devido a outros projetos da Instituição e na condição

de suplente, não poderia assumir o compromisso nesse momento. Dado o porte do projeto, o Vice-presidente sugeriu que o Brasília Ambiental pegasse a pauta. O representante da instituição, por não ser membro do Conselho, solicitou que primeiro o CAF aguardasse uma consulta interna junto ao titular para, posteriormente, em caso positivo, encaminhar o FAP para relatoria do Brasília Ambiental. Ficou acordo que a Diretoria do Funam faria contato posterior com o órgão para saber se poderiam ou não pegar a relatoria. Prosseguindo ao item 4 da pauta, o Vice-presidente comunicou que em relação ao Decreto que altera as regras do FUNAM, ele se encontra na Secretaria de Economia e que o Secretário vai fazer a gestão para acelerar a tramitação. Também informou e convidou a todos para Campeonato de Pesca, ação da Subsecretaria de Pesca e Aquicultura da Sema, que será realizado no Lago Paranoá, nos dias 16/08 e 17/08 das 10h às 20h. Não havendo nada mais a tratar, o Sr. Vice-Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Sendo assim, eu RAFAEL DE OLIVEIRA TIMBÓ, Assessor Especial da Diretoria de Apoio ao Funam da Sema, lavrei a presente Ata. Aprovada durante a 47ª Reunião Extraordinária do CAF realizada no dia 17 de setembro de 2025.